

AGROBIODIVERSIDADE DAS ROÇAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PORTO ALEGRE, AMAZÔNIA TOCANTINA (PARÁ, BRASIL)

Hilton Lucas Gonçalves Durão

Doutorando em biodiversidade e biotecnologia. Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE/UFPa), Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

E-mail: hiltonlucas19@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0438-588X>

Angela May Steward

Doutora em Etnobotânica pela City University of New York. Professora no Instituto

Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPa), Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

E-mail: angelasteward@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4363-0382>

Submetido em: 11/06/2025. Aceito em: 02/09/2025.

DOI: <https://doi.org/10.5380/guju.v11i.100031>



Resumo

Este artigo analisa a configuração da agrobiodiversidade nas roças da comunidade quilombola de Porto Alegre, localizada no município de Cametá, região do Baixo Tocantins, no estado do Pará. O estudo destaca a relevância dos saberes locais e das práticas tradicionais no manejo dos recursos genéticos cultivados. A pesquisa foi realizada entre agosto e dezembro de 2022, por meio de 25 entrevistas semiestruturadas, aplicação da técnica de lista livre e realização de turnês guiadas com os agricultores locais. Os resultados evidenciam que a agrobiodiversidade presente nas roças está profundamente conectada a aspectos socioculturais, econômicos e alimentares da comunidade. Foram identificadas onze espécies cultivadas, com destaque para a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), representada por 27 etnovarietades manejadas ativamente. Esse amplo repertório genético reflete um sistema agrícola tradicional baseado na diversidade, na autonomia produtiva e na reciprocidade entre as famílias quilombolas. As práticas de cultivo, seleção e troca de variedades expressam um conhecimento ancestral que resiste às pressões externas e contribui para a soberania alimentar e conservação da biodiversidade local. O estudo ressalta a urgência de políticas públicas que reconheçam e valorizem os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos, essenciais para o fortalecimento da sociobiodiversidade nos territórios quilombolas.

Palavras-chave: Práticas Tradicionais; Mandioca; Quilombos; Conhecimentos locais.

Abstract

This article analyzes the configuration of agrobiodiversity in the farming plots of the Quilombola Community of Porto Alegre, located in the municipality of Cametá, in the Baixo Tocantins region of the state of Pará, Brazil. It highlights the relevance of local knowledge and traditional practices in the management of cultivated genetic resources. The research was conducted between August and December 2022 through 25 semi-structured interviews, the application of the free listing technique, and guided tours with local farmers. Findings indicate that the agrobiodiversity present in the farming systems is deeply connected to the community's sociocultural, economic, and food-related aspects. Eleven cultivated species were identified, with cassava (*Manihot esculenta* Crantz) standing out, represented by 27 actively managed ethnovarieties. This broad genetic repertoire reflects a traditional agricultural system based on diversity, productive autonomy, and reciprocity among quilombola families. The cultivation, selection, and exchange practices of varieties express ancestral knowledge that resists external pressures and contributes to food sovereignty and the conservation of local biodiversity. The study underscores the pressing need for public policies that recognize and value traditional knowledge associated with genetic resources, which is essential for strengthening sociobiodiversity in quilombola territories.

Keywords: Traditional Practices; Cassava; Quilombo; Local Knowledge.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa resulta da trajetória acadêmica e das vivências do primeiro autor, que é quilombola e se dedica a investigações que visibilizem os saberes tradicionais no contexto da agricultura quilombola. Esses saberes possuem uma significativa importância para a identidade e (re)existência desse grupo social. Este artigo busca analisar a configuração da agrobiodiversidade dos sistemas agrícolas tradicionais da comunidade quilombola de Porto Alegre, localizada no município de Cametá, na microrregião do baixo Tocantins, estado do Pará. O estudo também registra a relação dos agricultores quilombolas com o ambiente em que vivem e cultivam seus alimentos, criando estratégias econômicas e práticas culturais que são repassadas de geração em geração.

Os sistemas agrícolas tradicionais são aqui entendidos como um conjunto de elementos, desde os saberes até as formas de organização social, que promovem o sustento de grupos de agricultores por meio da utilização de insumos locais e tecnologias simples. As plantas cultivadas por comunidades dessa categoria são essenciais para sua continuidade, cumprindo o papel primordial de fornecer a base da alimentação dos indivíduos (AMOROZO, 2002).

A agrobiodiversidade, componente cultivado da biodiversidade, é constituída pelas complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e o ambiente que ocupam (SANTILLI, 2009). Juridicamente, o termo foi incorporado de forma implícita na Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO 92), na Decisão V/5, que reconhece os fatores culturais que presidem a sua existência e organização, evidenciando seu caráter híbrido, bioecológico e sociocultural (EMPERAIRE, 2017). Estudos sobre a agrobiodiversidade têm ganhado notoriedade devido aos impactos negativos provocados pelos sistemas agrícolas convencionais sobre o meio ambiente, como a destruição da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, o uso inadequado dos recursos naturais e a desestruturação cultural de povos e comunidades tradicionais (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008).

Nesse sentido, as comunidades quilombolas possuem um importante papel na conservação da agrobiodiversidade, abrigando sistemas agrícolas tradicionais biodiversos e complexos, intrinsecamente relacionados a seus territórios, culturas e naturezas (FRANCIS, 2018). O mapeamento desses sistemas agrícolas tradicionais é necessário para compilar novas informações e estimativas da composição da diversidade agrícola local, fornecendo subsídios para estratégias de conservação. Ações efetivas de pesquisa sobre a

agrobiodiversidade nesses territórios podem contribuir para minimizar o efeito das perdas do patrimônio genético vegetal.

Dada a importância do tema, esta pesquisa visa analisar a configuração da agrobiodiversidade das roças, o principal sistema agrícola da comunidade quilombola de Porto Alegre, destacando a relevância dos saberes locais associados. Além de valorizar os conhecimentos tradicionais e contribuir para o entendimento da biodiversidade local, o estudo pretende fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas sustentáveis que beneficiem as comunidades quilombolas e promovam a conservação ambiental.

2. AS ROÇAS DE CORTE E QUEIMA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As roças de corte e queima são uma prática milenar que se originou no período neolítico e expandiu-se por praticamente todas as florestas tropicais e ambientes arborizados do planeta. A prática perdura até os dias atuais, principalmente como estratégia de subsistência de diferentes povos e comunidades tradicionais que vivem nestas áreas florestadas, como a região amazônica (ADAMS; MURRIETA, 2008; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Em termos gerais, as roças de corte e queima baseiam-se na abertura de clareiras na floresta primária ou secundária (capoeiras) para serem cultivadas por períodos mais curtos do que aqueles destinados ao descanso e à regeneração da terra, possuindo em síntese três etapas: a conversão (derruba e queima), o cultivo e o pousio ou descanso da terra, que pode ser passivo ou manejado (NEVES et al., 2012). No Brasil, esse sistema é popularmente conhecido apenas como roça, roça de toco ou coivara, enquanto que na literatura os termos mais abrangentes e frequentes são: agricultura de corte e queima (slash-and-burn agriculture) e agricultura itinerante (shifting cultivation) (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008; MAZOYER; ROUDART, 2010; NEVES et al., 2012).

Existe um intenso debate no campo científico em torno da sustentabilidade das roças de corte e queima em relação ao desmatamento, da emissão de gases na atmosfera, da erosão do solo e do ressecamento do clima (MAZOYER; ROUDART, 2010; VAN VLIET et al., 2013). Tais concepções impulsionam muitas políticas e práticas de conservação que aceleram mudanças nos sistemas de roças no mundo todo, restringindo a abertura de novas áreas e incentivando a agricultura comercial (VAN VLIET et al., 2013).

Por outro lado, pesquisas atestam a importância das roças, por serem responsáveis pela subsistência de diversos agricultores que possuem acesso desigual ou inseguro a investimentos e oportunidades de mercado, e por conta dos altos níveis de biodiversidade encontrados nesses espaços, além dos múltiplos bens culturais associados à prática (PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 2010; NEVES et al., 2012, GOMES et al., 2013).

Na região amazônica, o sistema de roça é uma das mais importantes práticas de utilização dos recursos florestais e do solo, responsável pela preservação de um patrimônio cultural e genético que ainda necessita ser mais bem conhecido (VIANA; STEWARD; RICHERS, 2016). De acordo com Martins (2005), as roças na região amazônica apresentam uma alta diversidade inter e intraespecífica de espécies vegetais, formadas a partir de componentes oriundos tanto de plantas, que foram domesticadas por ameríndios, quanto por componentes que foram trazidos pelos colonizadores e pelos africanos, formando, então, um conjunto heterogêneo de espécies à qual este mesmo autor chama de “habilidade de combinação ecológica”, exercida pelos povos e comunidades tradicionais.

As roças são consideradas uma das principais atividades produtivas em comunidades quilombolas da região amazônica, junto com o extrativismo vegetal, a caça e a pesca (COSTA, 2011; BERNARDES, 2014; ARAÚJO et al. 2017). Além disso, elas se relacionam diretamente com os modos de vida dos quilombolas, pois segundo Costa (2011):

Baseiam-se em um padrão cultural que abrange um amplo repertório de práticas tradicionais [...] que sedimenta as relações intrafamiliares e entre diferentes grupos, além de assegurar um caráter sistêmico à interligação entre os povoados. Tais designações compreendem uma representação particular do tempo, traduzida por intrincados calendários agrícolas e uma noção de espaço muito peculiar orientando o uso simultâneo, para uma unidade familiar, de diversas áreas de cultivo não necessariamente contínuas (COSTA, 2011, p. 39).

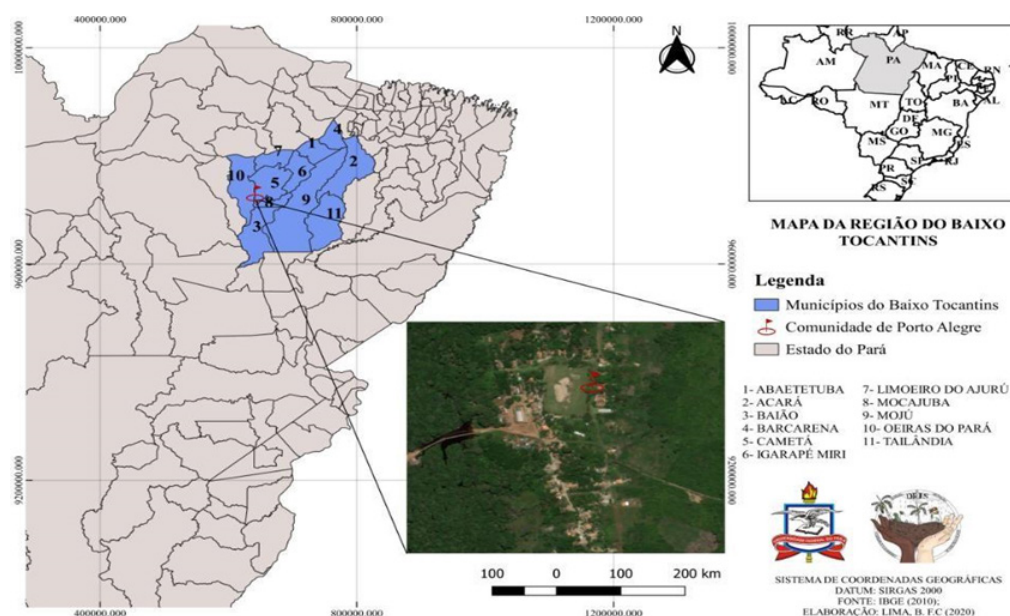
Dessa maneira, para o entendimento da dinâmica da agrobiodiversidade em comunidades quilombolas, como é o caso desta pesquisa, é crucial que se considere as roças de corte e queima como prática produtiva e reprodutiva destes grupos sociais, enraizada em seu cotidiano desde o período antecedente ao regime escravista no Brasil. Em alguns casos, praticada nas regiões de florestas equatoriais da África anteriormente, perpassando pelo continente americano e se remodelando constantemente de acordo com as interações e relações de trocas socioculturais, até se chegar na configuração atual da Amazônia.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O município de Cametá (02°14'54"S - 49°30'12" W) está situado na região de integração do Baixo Tocantins, no nordeste do estado do Pará, e possui uma população estimada em 136.190 habitantes (Figura 1). Com uma área territorial de 3.081 km², o município é composto por 20,3% de rios e baías (devido ao território ser cortado no sentido norte-sul pelo rio Tocantins), 36,4% de campos naturais, 26,2% de áreas de várzeas e ilhas, e 17,1% de terra firme (OLIVEIRA; BRANDÃO; PENA, 2014; IBGE, 2017). Na zona rural de Cametá está localizada a comunidade quilombola de Porto Alegre (2°26'08"S - 49°43'36"W), que ocupa uma área de 2.858,7 hectares (ITERPA, 2010) e tem uma população estimada em 400 habitantes, distribuídos em 90 famílias e 80 residências (NUPINQ, 2018).

Figura 1 – Mapa de localização do território do Baixo Tocantins, com destaque para a comunidade quilombola de Porto Alegre, Cametá, Pará.



Fonte: Elaborado por Lima em 2020 com base no IBGE (2010).

Porto Alegre iniciou seu processo de reconhecimento territorial a partir do final da década de 1990, através de uma ação conjunta dos moradores organizados na Associação dos Remanescentes de Quilombos de Porto Alegre (ARQUIPA), com apoio da Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas do estado do Pará (MALUNGU) e

de pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estas ações ocorreram após a promulgação do artigo 68 da Constituição de 1988, que foi conquistado por meio da luta de diversas entidades ligadas ao movimento das comunidades negras rurais, garantindo que o estado concedesse o título de domínio coletivo para estas comunidades autodeclaradas quilombolas.

Após quase dez anos de luta, em 2007, Porto Alegre recebeu o título de reconhecimento de domínio coletivo emitido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Em 2010, por meio do mesmo instituto, foi constituído o Território Estadual Quilombola de Porto Alegre, garantindo aos quilombolas diversos direitos, sendo o principal a proteção de seu território contra a invasão de madeireiros, muito comum naquele período.

A comunidade foi selecionada para este estudo devido ao pertencimento do primeiro autor a este território e pelo desenvolvimento de atividades do grupo de pesquisa em Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica (DRIS), vinculado à Universidade Federal do Pará junto a Porto Alegre. Nas primeiras ações de pesquisa na comunidade, em 2018, foi realizado um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto aos moradores, identificando as roças como as principais geradoras de renda e trabalho para a comunidade. Desse modo, a presença das roças foi um critério de seleção, pois se constituem como um espaço revelador da dinâmica e conservação da agrobiodiversidade, além de sua importância cultural, alimentar e econômica em cada unidade familiar (EMPERAIRE, 2017).

3.2 Coleta de dados

A pesquisa de campo ocorreu entre agosto e dezembro de 2022. Neste período foram realizadas 25 entrevistas semiestruturadas (VERDEJO, 2006), abrangendo cerca de um terço das famílias da comunidade. O roteiro combinou perguntas gerais e específicas para coletar dados qualitativos e quantitativos de caráter socioeconômico e informações sobre a estrutura das roças (distância, dimensão, etnovariedades cultivadas, formas de obtenção de mudas e sementes, técnicas de implantação e manejo, calendário agrícola, entre outros).

Os entrevistados assinaram o Termo de Anuência Prévia (TAP), e a pesquisa foi cadastrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). A seleção dos entrevistados utilizou a técnica snowball, em que um morador indica o próximo, priorizando aqueles com experiência nas atividades

agrícolas, principalmente os que possuem roças. As entrevistas permitiram a participação de mais de um membro por família, enriquecendo a investigação.

Além das entrevistas, foi realizado o levantamento e identificação das espécies sob a ótica dos saberes locais. A coleta de material botânico ocorreu nas áreas cultivadas pelos quilombolas entrevistados, em dias coincidentes ou subsequentes às entrevistas. Utilizou-se a técnica da lista livre para caracterizar conhecimentos sobre um domínio cultural específico e a técnica turnê guiada, quando se visitaram as áreas de roças com os proprietários, que forneceram informações sobre as espécies, como nome popular e uso (ALBUQUERQUE; LUCENA; CUNHA, 2010).

Após a coleta do material botânico, prepararam-se exsicatas conforme as orientações do instituto CENAFLO (2009). As espécies foram identificadas comparando-as com exsicatas das plataformas Flora e Funga do Brasil (JBRJ, 2020), além de consultas em bibliografias especializadas. As informações foram sistematizadas e organizadas em tabelas utilizando o Microsoft Office Excel® (2010). Também foram calculadas as frequências absoluta e relativa das espécies vegetais citadas pelos agricultores e as porcentagens de respostas de itens de interesse para a pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As roças de corte e queima desempenham um papel fundamental na rotina da comunidade quilombola de Porto Alegre, sendo centralizadas em práticas de manejo como capinas, colheitas e monitoramento da lavoura, que consomem uma quantidade significativa de horas ao longo do ano. A importância dessas roças para os quilombolas de Porto Alegre é comparável ao que Andrade e Tatto (2013) destacaram em estudos sobre quilombos no Vale do Ribeira em São Paulo, demonstrando que o “modo de fazer roça” molda a identidade dessas comunidades, permeando diversos aspectos culturais, como formas de expressão e celebrações.

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é o principal cultivo agrícola nas roças, geralmente consorciada com milho (*Zea mays* L.) e arroz (*Oryza sativa* L.), como veremos em mais detalhes posteriormente. De acordo com Malcher (2022), o cultivo da mandioca, se configura como a principal atividade de agricultura familiar no Pará que, usualmente, culmina com a produção de farinha, que, apesar de alguns avanços, ainda é um processo muito desgastante fisicamente.

Na comunidade quilombola de Porto Alegre não é diferente, o cultivo de mandioca é destinado majoritariamente para a produção de farinha de mandioca. A farinha não é

apenas uma fonte de alimento básica, mas também um motivo de identidade cultural e orgulho para os moradores, sendo a principal geradora de renda de 91% dos entrevistados. A produção de farinha é destinada tanto para a venda quanto para o consumo, estando em praticamente todas as refeições. Katz (2021), analisando um compilado de pesquisas no norte da Amazônia, inferiu que a base dos sistemas alimentares de comunidades tradicionais dessa região são a mandioca e o peixe.

Figura 2 – A, B, C e D, roças manejadas em Porto Alegre/E, transporte de mandioca/F, produção de farinha de mandioca na comunidade quilombola de Porto Alegre, Cametá, Pará.



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Através das entrevistas e listas livres, foram identificadas um total de 11 espécies cultivadas nas roças do território quilombola de Porto Alegre, com predominância do cultivo de mandioca, representando um total de 27 etnovariedades, seguida pela macaxeira, com seis etnovariedades (ver Tabela 1). Seguindo a definição de Emperaire (2002), uma etnovariedade é um conjunto de plantas com características percebidas localmente como homogêneas o suficiente para serem agrupadas sob um nome específico. Em Porto Alegre, os agricultores utilizam o termo “qualidade” para se referirem às etnovariedades de uma espécie de planta.

Tabela – Cultivos das roças na comunidade quilombola de Porto Alegre em Cametá, Pará, com suas respectivas frequências e etnovariedades.

Cultivo	Nome Científico	Frequência (%)	Qualidades (etnovariedades)
Mandioca	Manihot esculenta Crantz	100	Mamaluca Mamaluca Branca Santo Antônio Imitação Puruí Pacajá Vermelhinha Tachí Tucumã Siúba Camarão Cearense Xiró Tauá Jaibara Pesca Preta Pescada Branca Pepuí Mussara Uruá Tataiuara Maranhão Maria Baixinha Tucumatinga Bacuritinga Cutia Preta Jabuti
Macaxeira	Manihot esculenta Crantz	82	Branca Amarela Pretinha Saracura Brasileirinha Da Bahia
Milho	Zea mays L.	80	Cavalo De pipoca
Maxixe	Cucumis anguria L.	80	Com pelo Sem pelo

Jerimum	Cucurbita sp.	72	Comprido Redondo
Melancia	Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum. & Nakai	72	Branca Vermelha
Arroz	Oryza sativa L.	40	
Feijão	Phaseolus vulgaris L.	28	
Quiabo	Belmoschus esculentus L.	16	
Batata-doce	Ipomoea batatas (L.) Lam.	12	
Fava	Vicia sp.	12	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os moradores categorizam a macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz) como uma variante distinta de mandioca conhecida como “mansa” devido às suas propriedades organolépticas, que incluem maciez, doçura e baixa toxicidade das raízes, o que as torna adequadas para consumo após um breve período de cozimento. Por outro lado, a mandioca classificada como “brava” destina-se exclusivamente à produção de farinha e seus derivados, pois altas temperaturas durante o processo de cozimento volatilizam a alta concentração de ácido cianídrico. Na literatura, variedades de mandioca com teores de HCN acima de 100 mg por kg de raiz fresca são consideradas tóxicas, e muitos agricultores as classificam como “bravas” (BORGES; FUKUDA; ROSSETTI, 2002).

Dentro das roças, espécies como milho (*Zea mays* L.), maxixe (*Cucumis anguria* L.), jerimum (*Cucurbita* sp.) e melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum. & Nakai) são frequentemente encontradas em mais de 70% das plantações. Estas espécies têm ciclos curtos e não interferem no desenvolvimento produtivo da mandioca; na verdade, a matéria seca do milho é usada como cobertura morta, reduzindo a incidência de plantas daninhas. De acordo com Martins (2005), a combinação de diferentes espécies nas roças cultivadas na região amazônica minimiza a competição e maximiza a utilização de recursos limitados. Arranjos semelhantes foram observados por Duarte e Pasa (2016), Malcher (2022) e por

Leão e Steward (2022) em comunidades quilombolas da mesma região, com a diversificação adaptada às necessidades locais.

As roças em Porto Alegre exibem uma variedade significativa de etnovariedades de mandioca em comparação com os padrões observados na região amazônica. Por exemplo, no quilombo do Tambor (AM) foram identificadas 24 etnovariedades de maniva (FARIAS JÚNIOR, 2011); no quilombo de Marudá (MA), 19 etnovariedades (BERNARDES, 2014); e no quilombo de Abacatal (PA), 15 etnovariedades (ARAÚJO et al., 2019). Em média, cada entrevista mencionou seis etnovariedades, com duas a quatro etnovariedades diferentes por roça. Entre as 27 etnovariedades identificadas, as mais representativas foram Mamaluca, Pacajá, Siúba, Tachí e Tucumã, conhecidas por proporcionar uma maior quantidade de polpa nos tubérculos, o que é ideal para a produção de farinha de mandioca.

Figura 3 – Etnovariedades das mandiocas mais representativas na comunidade quilombola de Porto Alegre em Cametá, Pará. A: Mamaluca / B: Pacajá / C: Siúba / D: Tucumã.



Fonte: Acervo dos autores, 2023.

Essas etnovariedades são identificadas conforme os traços das cores, padrões de ramificação, da cor da poupa dos tubérculos, estatura, tamanho das folhas e rendimento. Os nomes atribuídos estão associados a essas características morfológicas, como é o caso de “Vermelhinha” e “Camarão”, que recebem essa denominação devido à coloração de tons

mais avermelhados dos tubérculos, e da “Maria baixinha”, que consiste em uma variedade de estatura baixa. Muitas etnovariedades recebem o nome de animais, como é o caso da Jabuti, Cutia Preta e Pescada, outras recebem nomes de Santos (Santo Antônio) ou do possível local de origem, como a Maranhense e a Cearense. Emperaire (2006) discorre que essa diversidade repousada sobre etnovariedades incide na interligação de redes sociais, que se apoiam em lógicas individuais ou coletivas, e sobre unidades espaciais, que vão do espaço onde é cultivada a planta até as unidades regionais mais amplas configuradas pelas redes sociais.

4.1 Da implantação dos roçados às colheitas

Existe uma série de etapas seguidas pelos agricultores quilombolas de Porto Alegre na construção das roças de mandioca, que envolvem peculiaridades e formas próprias de organização. Essas etapas são cuidadosamente planejadas pelas famílias, articulando trabalhos individuais e coletivos que se materializam em práticas de reciprocidade por meio dos mutirões, chamados pela comunidade de “convidados”. Ao longo do ciclo produtivo, realizam-se, em média, quatro mutirões anuais: um destinado à derrubada, dois à capina e um ao plantio.

Na derrubada, de caráter predominantemente masculino, participam em torno de 15 homens por abertura de roça. Já no plantio, considerado o mutirão mais expressivo, reúnem-se parentes e vizinhos em grupos diversos e intergeracionais, incluindo crianças, jovens e idosos, podendo chegar a cerca de 60 participantes, com predominância feminina (cerca de 60%). Na capina, dedicada ao controle de plantas daninhas, a participação média é de 10 a 15 pessoas, geralmente distribuídas de forma equilibrada entre homens e mulheres. Em regra, cada família, composta por 5 a 6 membros, envia dois representantes, embora esse número possa variar em função da dimensão da roça e da demanda de trabalho, reforçando o caráter flexível e cooperativo da prática.

Na comunidade, a abertura dos roçados ocorre em dois períodos: o primeiro roçado, considerado principal, é aberto nos meses que antecedem o período chuvoso (de agosto a meados de novembro). O segundo roçado, denominado de “tudo tempo”, é aberto entre os meses de abril e maio, compreendendo o final do período das chuvas na região. Essa estratégia desenvolvida pelos agricultores quilombolas é crucial para garantir a produção de mandioca ao longo do ano. O roçado principal costuma ser maior e mais diversificado em termos de espécies, variando de 0,5 a 2 hectares, enquanto as roças de “tudo tempo” são menores e servem como reserva para períodos em que a roça principal não está madura ou já foi colhida.

Santos e Santana (2012) descrevem períodos semelhantes de constituição de roças para produtores rurais no município de Portel, arquipélago do Marajó, denominando as roças plantadas em junho como “roças de verão”. No entanto, nem todos os produtores utilizam essa estratégia, pois nesse período as chuvas já são escassas, o que pode levar à perda da roça por falta de água, como relatam os agricultores locais, situação semelhante à observada em Porto Alegre. Para a constituição das roças de “tudo tempo”, preferem-se solos argilosos que possuem maior capacidade de retenção de umidade, contribuindo para o desenvolvimento das manivas durante o período seco.

Para uma melhor compreensão das etapas de constituição de uma roça em Porto Alegre, descreveremos cada etapa do ciclo produtivo:

a) **Escolha da área:** Nesta etapa, o “dono do roçado” verifica o local onde será implantada a nova roça, considerando elementos como a distância da casa de farinha, a qualidade do solo e principalmente o tamanho da vegetação, que pode estar inserida em uma capoeira alta, baixa ou mata virgem. “A gente escolhe aquela ponta de mata que ainda tá mais forte, porque onde o mato tá mais forte dizem a crença que vai dar mais mandioca”, mencionou Ivanildo Gonçalves (nov. 2021). Já o quilombola Nilson Soares pondera que: “sempre escolho um lugar em que a terra não está muito cansada (...) a gente já sabe onde é bom pra mandioca, a questão da terra, aonde ela não é muito barro dá muita mandioca, mas tem qualidades de mandioca que é mais apropriada onde é mais arenoso, e tem que ser em um lugar onde o mato tá mais forte, pra queimar bem” (Nilson Soares, nov. 2021). Dessa forma, percebe-se que a disponibilidade de biomassa presente nas matas e capoeiras é um fator determinante para a escolha das áreas, além das etnovarietades que se pretende implantar no local.

b) **Demarcação da área:** Nesta etapa, abre-se uma trilha no entorno da área onde será implantado o roçado, limpando e podando as árvores ao redor para que o fogo não se espalhe além do espaço desejado. Essa demarcação é denominada “aceiro”. Neste momento, é importante verificar a ocupação do solo ao redor, para um monitoramento eficaz durante a queima.

c) **Roçagem e Derrubada:** Geralmente, esta etapa é realizada de forma coletiva pelos homens da comunidade, por meio de mutirões chamados de “companhias” e “convidados”. Primeiramente, retira-se a vegetação mais baixa com terçados e foices. Posteriormente, no mesmo dia ou nos dias seguintes, derruba-se as árvores maiores com machados e motosserras.

d) **Queima:** Esta prática visa limpar a área e disponibilizar nutrientes ao solo por meio das cinzas da vegetação. A queima é monitorada constantemente e evita-se os horários

mais quentes, das 12h às 15h. “Não costumo queimar meu roçado no período muito de seca mesmo, porque senão ele arde todo o mato [...] eu sempre espero dar uma chuva, aí quando levanta o tempo de novo (quando para de chover por alguns dias seguidos) aí o mato molha, dificilmente com esse controle vai arder o mato ao redor”, relata Vitor Borges (jan. 2022).

e) **Coivara:** É o termo usado pelos quilombolas para a etapa de limpeza do roçado já queimado, quando são amontoados os trocos e galhos que não queimaram completamente para uma segunda queima. Muitos desses galhos e troncos são selecionados e utilizados nos fornos de farinha para o processo de torra. Esta é a última etapa de preparo da área para o plantio.

f) **Plantio:** As espécies selecionadas são plantadas diretamente no solo por meio de sementes e estacas, como a mandioca e a macaxeira, assim que começam as chuvas.

g) **Capinas:** São realizadas conforme a demanda das culturas agrícolas, para reduzir a competição com ervas daninhas e facilitar a circulação dos agricultores. Em média, são realizadas três capinas durante um ciclo de roça.

Essas etapas constituem um ciclo anual, e são desenvolvidas para os dois tipos de roças (principal e tudo tempo). Assim, o trabalho é organizado em dois calendários agrícolas distintos, já que cada tipo de roçado é aberto em períodos diferentes. A roçagem e queima do roçado principal é realizada entre agosto e novembro até o final do período seco e, imediatamente, são plantadas as espécies de milho, maxixe, jerimum, quiabo, melancia, quando, segundo o conhecimento local, a terra ainda se encontra “suada” e “com calor” sendo um período propício para a germinação das sementes. Já a mandioca e a macaxeira são plantadas quando iniciam as primeiras chuvas.

Os roçados de tudo tempo são preparados entre abril e maio para ocorrer o plantio em junho e julho, compreendendo o final do período chuvoso, e nesses roçados são plantados apenas mandioca e macaxeira. A colheita de mandioca e macaxeira ocorre a partir de um ano após o plantio, se estendendo de acordo com a necessidade do agricultor. As espécies de melancia, jerimum, maxixe e batata-doce são colhidas entre 30 e 40 dias após o plantio, o milho é colhido entre os meses de maio a junho e o arroz em abril, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 4 – Calendário agrícola com as principais espécies cultivadas na comunidade quilombola de Porto Alegre, Pará.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ROÇAGEM E DERRUBA												
QUEIMA E COIVARA												
PLANTIO												
Mandioca												
Macaxeira												
Milho												
Maxixe												
Jerimum												
Melancia												
COLHEITA												
Mandioca												
Macaxeira												
Milho												
Maxixe												
Jerimum												
Melancia												

Legenda	
Roça principal	
Roça tudo tempo	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

As manivas utilizadas no plantio são obtidas em roças dos anos anteriores, e por meio de trocas entre os vizinhos, o que garante combinações diversificadas, com cor, período de maturação e rendimentos diferenciados. Os agricultores quilombolas desenvolvem a sensibilidade de selecionar e manejar as etnovariedades de seu interesse, sempre procurando encontrar manivas que possam produzir farinhas de melhor qualidade. Como podemos observar no relato do Sr. Duca Soares: “a Maranhão (variedade de maniva) não quis plantar mais ela porque é amarga, fica amarga a farinha /aí também o Pacajá, não quis mais plantar porque ela não dura muito um ano e pouco ela tá fofa já” (Duca Soares, jan. 2022). As trocas de sementes e experimentações configuram a grande variedade de espécies e etnovariedades de cultivares, viabilizadas por meio de processos evolutivos, incluindo interações passadas e atuais entre agricultores e espécies cultivadas, conservação de germoplasma e ambiental (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008).

A média do tamanho das roças constituídas atualmente ficou em 0,7 hectares, variando de 0,5 a 2 ha. Quando questionados a respeito do tamanho das roças no passado, foi possível verificar que estas eram bem maiores, variando de 1 a 4 ha, havendo uma redução de tamanho significativa. Ao serem perguntados sobre essas mudanças, muitos quilombolas atribuíram esse acontecimento à redução da mão-de-obra familiar, uma vez que os jovens estão destinando mais tempo para outras atividades relacionadas aos seus estudos, ou tarefas não agrícolas, muitos inclusive migrando para os centros urbanos em busca do prosseguimento dos estudos.

Os relatos das entrevistas a respeito do interesse dos jovens em continuar com as atividades da roça refletem a afirmação acima. O quilombola Silvano Soares, com um tom risonho, respondeu o seguinte: “Hum hum! Daqui de casa os jovens trabalham na roça, eles não ligam muito, eles sabem fazer, mas não vejo muito interesse neles não” (Silvano Soares, out. 2021). Dona Maria de Assunção atribui o desinteresse dos jovens à onerosidade do trabalho, que segundo ela consiste em um trabalho braçal, e a sazonalidade do preço da farinha acaba tornando a atividade pouco atrativa para os jovens. Ela menciona o seguinte: “agora nossos filhos não querem nem saber desses tipos de trabalho. É um serviço pesado. A turma que não querem estudar vivem nesse apertio” (Maria de Assunção, out. 2021).

Dessa maneira, a dificuldade de sucessão familiar contribui para a diminuição do espaço produtivo, que se reajusta de acordo com o número de pessoas que se dedica à atividade no grupo familiar. Mesmo que a realização de algumas etapas do trabalho na roça seja realizada por meio de mutirão, processos como a produção de farinha dependem quase que exclusivamente da mão-de-obra familiar. Faccin e Schmidt (2013), apontam que um dos principais desafios da sucessão familiar no campo se encontra na evasão da zona rural, pois o ambiente muitas vezes é considerado rústico, fazendo com que os jovens, sob a influência dos pais, busquem oportunidades na cidade e, geralmente, sofrem certa resistência caso tenham que retornar ao campo.

4.2 Companhias e convidados e a materialização de práticas de reciprocidade em Porto Alegre

Nas etapas iniciais de implantação dos roçados, os quilombolas construíram relações de reciprocidade e cooperação que perpassam gerações. São os mutirões realizados pelos grupos domésticos de Porto Alegre, os quais estão subdivididos em duas categorias: as

“companhias” e os “convidados”. De acordo com Galvão (1959), as práticas de mutirão são uma instituição universal, geralmente cultivada por grupos primários, em que o organizador, necessitando de uma cooperação ampla, eficiente e rápida para o serviço, solicita a ajuda de seus vizinhos, comprometendo-se tacitamente a retribuí-los nas mesmas circunstâncias, tão logo seja pedida a retribuição.

As chamadas companhias são arranjos de trabalho coletivo realizados apenas entre os homens para a abertura das roças de mandioca, configurando-se no trabalho mais braçal, como a roçagem e a derrubada. Por sua vez, os convidados são arranjos de trabalho coletivo que podem ser de roçagem e derrubada (somente os homens), de plantio (envolvendo todos os membros da comunidade) e de capina das roças (homens e mulheres). A diferença essencial é que a companhia é um acordo realizado exclusivamente por um grupo de homens, variando de 10 a 20 pessoas, para trabalharem juntos na abertura das roças, que é firmado do início das atividades. Como bem mencionou o senhor Mateus Mendonça: “a companhia é um grupo de pessoas que trabalham juntos, nós faz um acordo, tantos dias de roçagem pra cada um, aí todos vão, se não forem vai ter que pagar alguém pra ir no lugar, e o convidado não, se a pessoa tá devendo para aquele lá ele tem que ir, se não ela vai se ela quiser” (Mateus Mendonça, nov. 2022).

Dessa maneira, uma companhia é formada por um grupo fechado e organizado, no qual se estabelecem os dias a serem trabalhados para a abertura dos roçados de cada integrante. Podem existir vários grupos de companhias trabalhando em diferentes locais no mesmo período. Em uma pesquisa etnográfica realizada por Rodrigues (2019) sobre as companhias e convidados na comunidade quilombola de Uxizal, vizinha a Porto Alegre, foi possível identificar traços organizacionais semelhantes. Nesses grupos, estabelecem-se regras de convivência que permitem uma formação dinâmica para evitar conflitos. Outro ponto em comum é que na organização desses grupos não há um líder; cada homem trabalha na terra do “companheiro”, trocando dias de trabalho. Cabe destacar que apenas um homem de cada grupo doméstico participa da companhia, garantindo a mão-de-obra para a construção de sua roça. Caso ocorra algum imprevisto, como adoecimento ou outro fator adverso, é necessário enviar um novo integrante para substituir sua ausência.

Os convidados são práticas de reciprocidade que não possuem a ideia de compromisso formal entre os moradores de Porto Alegre; é um momento de união e festejo. Como mencionado anteriormente, existe o convidado para a roçagem, derrubada e capina, construídos a partir do “ganho de dia”, em que o dono da roça troca dias de trabalho com

outros moradores até obter a quantidade suficiente de mão-de-obra desejada para abrir seu roçado. No convidado de roçagem e derrubada, alguns integrantes participam apenas pela amizade com o dono da roça, outros pela “animação”, pois esse momento é marcado por conversas, risadas e cantorias, além das fartas refeições e bebidas alcoólicas oferecidas pelo dono do convidado. Ou seja, essas pessoas participam sem o compromisso de retribuição de trabalho, o que diferencia essa prática da companhia.

Os convidados para o plantio das roças são os maiores e mais expressivos momentos de elo social entre os quilombolas. Nessa ocasião, a família que organiza o mutirão convida as demais famílias da comunidade e circunvizinhança para participarem do plantio das manivas. Nesse momento tradicional, a comunidade fortalece a união e alianças sociais por meio da reciprocidade. Registros etnográficos realizados por Pinto (2001; 2007) indicam que essa forma de trabalho coletivo ocorre desde o período de formação das comunidades quilombolas do distrito de Juaba, em meados do século XIX. No entanto, tais práticas foram se reconfigurando ao longo dos anos.

Em uma breve descrição de Pinto (2007) sobre a prática do convidado no quilombo do Mola (quilombo central de onde se originaram outras comunidades, incluindo Porto Alegre), é possível observar a riqueza cultural e a base da identidade social das comunidades quilombolas da região. Sobre os convidados da comunidade do Mola, Pinto (2007) descreve que

A véspera do Convidado, à noite, parentes, vizinhos e amigos reunidos rezam uma ladainha, que é oferecida ao “santo advogado do dono do convidado”, em seguida se divertem dançando o Samba-de-cacete. Enquanto os participantes do convidado divertem-se embalados pela música, pela pinga, pelo estrondar convidativo e rústico dos tambores do Samba-de-cacete, familiares do dono do roçado se encarregam de preparar toda a alimentação a ser distribuída no dia seguinte. Pela manhã após um reforçado café com beiju ou bolacha, mingau de arroz e feijoada com bucho e mocotó, inicia-se o convidado ou Putirum, quando após uma breve oração de “pedido de proteção e encomendação dos trabalhos a Deus” e santos venerados, que é rezada na beira da roça, entram em cena os atores (como capitua, pastoras, soldados, cavadores de cova, general das flores, sangueiro e o guaxini) para uma animada, fantástica e amistosa batalha entre homens e mulheres. O trabalho todo transcorre ao som de músicas, versos e gritos de incentivos, próprios do Convidado, nos quais a regra para a vitória consiste na destreza dos soldados no ato de abrir as covas e na rapidez das pastoras em jamais deixar a cova sem muda. O fim do Convidado, assim como o alcance da vitória, é demarcado pela conquista de uma bandeira, símbolo do convidado ou Putirum, que foi plantada pelo dono do convidado no fim do roçado. (PINTO, 2007, p. 42).

Os convidados de plantio em Porto Alegre possuem algumas semelhanças com o antigo quilombo do Mola. Na comunidade, esses eventos começam a ser organizados dias antes do plantio, com a preparação do cardápio que será oferecido aos participantes. As mulheres planejam constantemente as refeições, sucos e bebidas alcoólicas, como vinhos, drinks, batidas (misturas de bebidas alcoólicas destiladas com sucos de frutas) e quentão (bebida feita com cachaça, gengibre e açúcar), que serão oferecidos de acordo com a quantidade de pessoas que confirmaram presença. Além disso, a família verifica quais etnovarietades de manivas serão plantadas no roçado, condicionando seu agrupamento e organização das “qualidades” na área, preparando as ferramentas, como enxadas e terçados, e a quantidade de feixes de manivas para contemplar todo o roçado. Esses feixes de manivas são aparados e espalhados pelo roçado para que os cortadores possam fazer seu trabalho com mais facilidade e agilidade.

No dia do convidado, é servido um farto café da manhã e, em seguida, iniciam-se as atividades, com uma divisão do trabalho estruturada da seguinte forma, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Funções e divisão social do trabalho realizada nos convidados em Porto Alegre, Pará.

Função	Divisão social do trabalho	Trabalho
Samiadores(as) ¹	Homens e mulheres, adolescentes e crianças	Cabe a esse grupo encher as hastes de manivas nos cestos e semeá-las nas covas abertas
Plantadores(as)	Homens, mulheres, adolescentes e crianças	Verificar a disposição das hastes das manivas nas covas e fechá-las com a terra. Em alguns convidados a função de samiadores e plantadores se fundem.
Covadores	Homens	Responsáveis por abrirem covas com enxadas para o plantio.
Pombinhos(as)	Adolescentes e crianças	Denominação dada às crianças e adolescentes que são plantadores e/ou samiadores.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Após o plantio, as pessoas convidadas recebem da família, dona da roça, uma refeição como agradecimento pelo trabalho; caso a conclusão não ocorra no turno da manhã,

1 Samiadores é a forma que é falado localmente.

o grupo retorna no período da tarde, e também é oferecido um jantar ao final do dia. Nesses momentos, histórias, alegrias e memórias dos quilombolas são compartilhadas, seguindo adiante essa modalidade de trabalho coletivo que se materializa no processo de plantio da mandioca, mesmo com reajustes na estrutura organizacional das gerações presentes nessa prática de reciprocidade, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 5 – Convidado de plantio realizado por moradores da comunidade quilombola de Porto Alegre, Pará.



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Dialogando com os moradores mais antigos, foi possível perceber a diminuição da quantidade de participantes nos convidados, além de traços culturais que se materializavam nesses momentos, visto que muitos moradores já não partilham das mesmas crenças e valores tradicionais das primeiras gerações dos quilombolas, ocorrendo adaptações dos que permaneceram com a tradição, frente às mudanças socioculturais que foram sendo encontradas e reproduzidas.

De acordo com Sabourin (2011), essas organizações de ajuda mútua são importantes para construção de valores humanos, afetivos ou éticos, constituindo, ao mesmo tempo, um incentivo para a reprodução dos ciclos de reciprocidade. Correspondem também a um determinado projeto de sociedade, conforme a prioridade for dada a interesses materiais individuais ou à qualidade dos laços sociais e à partilha.

Dessa maneira, percebe-se que o objetivo dos convidados vai além de unir forças para diminuir o dispêndio do trabalho na forma de cooperatividade, produzindo valores primordiais para a vida das comunidades quilombolas. A prática do convidado também

condiciona a estrutura da agrobiodiversidade de Porto Alegre, pois é nesses eventos que se estruturam os arranjos produtivos adotados pelas famílias e a combinação das etnovariedades de manivas.

5. CONCLUSÃO

Na comunidade quilombola de Porto Alegre, a agrobiodiversidade se configura por meio de um conjunto de elementos que condicionam a permanência dos agricultores no território. As práticas agrícolas tradicionais estão fortemente atreladas aos aspectos culturais, sociais e econômicos, expressando-se no cotidiano dos quilombolas, que perpetuam o saber local de acordo com as lógicas familiares. As roças são verdadeiros bancos de sementes que guardam espécies e etnovariedades manejadas desde o século XIX no território.

Nas roças, há uma versatilidade e diversidade de etnovariedades de manivas, constituídas por meio de experimentações e trocas entre os quilombolas. A mandioca é a principal espécie presente nesse sistema, e dela se produz a farinha e outros subprodutos, que perfazem a cultura local e demandam a maior parte da rotina diária dos quilombolas. Outros cultivos, como a melancia, o maxixe, o jerimum, o milho e o arroz, são plantados de acordo com a preferência dos moradores e compõem as refeições dos quilombolas, contribuindo para a segurança e soberania alimentar.

Na constituição das roças, também se evidenciam as práticas de reciprocidade que se materializam por meio das companhias e dos convidados, garantindo trabalho, festejos, e laços afetivos e éticos entre os quilombolas. Essas organizações têm suas raízes nas intrincadas adaptações aos novos territórios durante o período colonial, quando se formaram os quilombos no Baixo Tocantins. Essas instituições são caracterizadas pelas prestações de alimentos, que as diferenciam de um “mutirão”, fazendo parte do universo de arranjos de trabalho coletivo existente no campesinato brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org). *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org.). Métodos e técnicas da pesquisa etnobiológica e etnoecológica. Recife (PE): NUPPEA, 2010 (Coleção Estudos e Avanços).

AMOROZO, M. C. M. Agricultura Tradicional, Espaços de Resistência e o Prazer de Plantar. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org). Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Recife (PE): Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002. p. 45-53.

ANDRADE, A. M.; TATTO, N. (Ed.). Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2013. 197 p.

ARAÚJO, A. S.; ANJOS, D. R.; SILVA, R. S.; SANTOS, M. A. S.; MARTINS, C. M.; ALMEIDA, R. H. C. Análisesocioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. Biota Amazônia, Macapá, v. 7. <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v7n1p30-37>

BERNARDES, R. H. A importância do agroextrativismo nos processos produtivos e reprodutivos: o caso das famílias quilombolas na Amazônia oriental maranhense. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 8. <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v8i17.1283>.

BORGES, M. F.; FUKUDA, W. M. G.; ROSSETTI, A. G. Avaliação de variedades de mandioca para o consumo humano. Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília, v. 37. <https://doi.org/10.1590/S0100-204X2002001100006>

CENTRO NACIONAL DE APOIO AO MANEJO FLORESTAL - CENAFLO. Curso de identificação botânica de espécies arbóreas da região amazônica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 15 p.

COSTA, M. S. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. Amazônica, Belém, v. 3. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v3i2.775>

DUARTE, G. S. D.; PASA, M. C. Agrobiodiversidade e a etnobotânica na comunidade de São Benedito, Poconé, Mato grosso, Brasil. Interações, Campo Grande, v. 17. <http://dx.doi.org/10.20435/1984042X2016208>

EMPERAIRE, L. Saberes tradicionais e diversidade das plantas cultivadas na Amazônia. In: BAPTISTE, Brigitte; PACHECO, D.; CUNHA, M. C.; DIAZ, S. (ed.). Knowing our lands and resources: indigeneus and local knowledge of biodiversity and ecosystem services in the Americas. Paris: Unesco, 2017, p. 40-61.

FACCIN, O. P.; SCHIMIDT, C. E. F. Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária. In: COTRIM, D. S. (Org.). Gestão de Cooperativas: produção acadêmica da ASCAR. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar. 2013. p. 371-396.

FARIAS JÚNIOR, E. A. Práticas agrícolas e territorialidades dos quilombolas do Tambor. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 38-44, dez. de 2011. Disponível em: <https://aspta.org.br/article/praticas-agricolas-e-territorialidades-dos-quilombolas-do-tambor/> Acesso em: 11 jun. 2024.

FRANCIS, P. A. Unidades de conservação, territórios quilombolas e reservas da agrobiodiversidade: áreas protegidas ou territórios ameaçados? 2018. Dissertação (mestrado em desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

GALVÃO, Hélio. O mutirão no Nordeste. Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura: Rio de Janeiro/RJ, 1959. (Coleção Documentário da Vida Rural – 15).

GOMES, E. C.; SUGIYAMA, M.; ADAMS, C.; PRADO, H. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, C. J. F. A sucessão florestal em roças em pouso: a natureza está fora da lei? *Scientia Forestalis*, Piracicaba, v. 41, n. 99, p. 343 – 352, set. 2013. Disponível em: <http://www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr99/cap05.pdf> Acesso em: 13 jun. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Resultado dos dados preliminares do censo agropecuário – 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidade@ Acesso em: 15 jan. 2021.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, 2010. Portaria nº 02876, de 07 de dezembro de 2010. Belém-PA.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: JBRJ, 2020. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 5 mai. 2023.

KATHZ, E. Biodiversidade e alimentação. In: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021. p. 163-207.

LEÃO, V. M.; STEWARD, A. M. Agrobiodiversidade dos roçados da comunidade quilombola de Providência, município de Salvaterra, ilha do Marajó - PA, Brasil. *Revista Etnobiologia*, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2022. Disponível em: <https://revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/article/view/426> Acesso em: 11 jun. 2024.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. (Org). A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MALCHER, M. A. F. Estratégias de reprodução e modo de vida quilombola no município de São Miguel do Guamá, PA. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 14, n. Ed. Especial, p. 110–128, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1421> Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 209–220, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10055> Acesso em: 13 jun. 2022.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. (Org). História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

NEVES, W.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C.; RIBEIRO FILHO, A. A.; PEDROSO JUNIOR, N. N. Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. Ciência Hoje, v. 50, n. 297, p. 26-30, 2012.

NÚCLEO DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES NEGRAS E REMANESCENTES DE QUILOMBOS – NUPINQ. Atlas das comunidades de remanescentes de quilombo do estado do Pará. Belém: Governo do estado do Pará. 2018.

OLIVEIRA, T. N.; BRANDÃO, L. P.; PENA, H. W. A. Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia - Brasil. Observatorio de la Economía Latinoamericana, v.1 n. 194, p. 1-15, 2014. Disponível em: https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-cameta.html#google_vignette Acesso em: 11 jun. 2024.

PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M. Saving slash-and-burn to save biodiversity. Biotropica, v. 42, n. 5, p. 550-552, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1744-7429.2010.00681.x>

PEDROSO JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém, v. 3. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000200003>

PINTO, Benedita C. M. Escravidão, fuga e memória de quilombos na região do Tocantins. São Paulo: Projeto História, 2001.

PINTO, B. C. M. Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico. Cametá: BMP Editora, 2007.

RODRIGUES, C. Q. Companhias e convidados: rituais de trabalho em Uxizal/Pará. Dissertação (mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

SABOURIN, E. Sociedades e Organizações Camponesas: uma Leitura através da reciprocidade. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direito dos agricultores. São Paulo: Editora Petrópolis, 2009.

SANTOS, M. A.; SANTANA, A. C. Caracterização socioeconômica da produção e comercialização de farinha de mandioca no município de Portel, arquipélago do Marajó, estado do Pará. Revista Verde, Mossoró, v. 7, n. 5, p. 73-86, 2012. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/1755/1462> Acesso em: 10 fev. 2024.

VAN VLIET, N.; ADAMS, C.; VIEIRA, I. C. G.; MERTZ; O. "Slash and burn" and "shifting" cultivation systems in forest agriculture frontiers from the Brazilian Amazon. Society and Natural Resources, v. 26. <https://doi.org/10.1080/08941920.2013.820813>

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: um guia prático – DRP. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIANA, F. M. F.; STEWARD, A. M.; RICHERS, B. T. T. Cultivo itinerante na Amazônia central: manejo tradicional e transformações da paisagem. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 19. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.1816>

Contribuições no artigo

Hilton Lucas Gonçalves Durão declarou que participou da concepção do manuscrito, escrita do manuscrito, metodologia, discussão dos resultados e análise dos dados. Angela May Steward participou das revisões do manuscrito e curadoria dos dados.

Fonte de financiamento da pesquisa, quando houver

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).